

DOSSIÊ

**“NINGUÉM TOCA,
É ORDEM E DECRETO”:
ATIVISMO EVANGÉLICO
PROGRESSISTA NO PERFIL
@IRMAMONICABISPO**

*“NO ONE TOUCHES, IT’S ORDER AND
DECREE”: PROGRESSIVE EVANGELICAL
ACTIVISM IN THE
@IRMAMONICABISPO PROFILE*

Lilian Reichert Coelho* 

* Doutora em Letras (Literatura Contemporânea) pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências do Campus Paulo Freire da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Universidade Federal do Sul da Bahia, Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais, Ilhéus/BA, Brasil. E-mail: lilireichert@gmail.com.

RESUMO

Por meio de um estudo de caso único, interrogam-se os modos como o perfil de rede social digital @irmamonicabispo constrói uma performance peculiar e dissidente de uma mulher pentecostal ativista progressista. O objetivo central foi compreender as tensões e ambiguidades de um posicionamento ao mesmo tempo religioso, que dialoga com a cosmovisão pentecostal, e defensor de pautas perseguidas por lideranças e políticos evangélicos, com destaque para a das pessoas LGBTQIAPN+, em articulação com o cenário político, cultural e social contemporâneo. Concluiu-se que a performance de Irmã Mônica transgride o posicionamento hegemônico entre as personalidades públicas religiosas que atuam no mundo digital ao pautar sua performance por deslizamentos entre o religioso e o secular, entre a seriedade e o humor. O perfil estudado revela heterogeneidades no segmento evangélico e em suas formas de atuação como agentes midiáticos na fronteira entre o religioso e o político.

Palavras-chave: religião e política; comunicação digital; dissidência religiosa; performance comunicacional; evangélicos progressistas

ABSTRACT

Trough a particular case study, we examine the ways in wich the digital social network profile @irmamonicabispo constructs a particular and dissident performance of a progressive Pentecostal activist woman. The main goal was to understand the tensions and ambiguities of a position that is at once religious, in dialogue with Pentecostal worldview, and defends the agendas pursued by evangelical leaders and politicians, with emphasis on that of LGBTQIAPN+ people, in articulation with the political, cultural and social contemporary scenario. We concluded that Sister Monicas's performance transgresses the hegemonic positioning among religious public figures who operate in the digital world basing her performance on shifts between the religious and the secular, between seriousness and humor. The profile studied reveals heterogeneities in the evangelical segment and in their ways of acting as media agents on the border between the religious and the political.

Keywords: religion and politics; digital communication; religious dissent; communicational performance; progressive Pentecostal

INTRODUÇÃO

No período das disputas eleitorais para a presidência do Brasil de 2022, após quase uma década de intensificação dos discursos de ódio e pulverização de informações falsas ou duvidosas pela mídia tradicional e pelas redes e aplicativos digitais de partidos, grupos e indivíduos de todo o espectro político destacaram-se pelo ativismo, inclusive, religioso. Como sublinharam Borelli e Dalmolin (2022), “[...] é impossível pensar o pleito brasileiro deste ano dissociado da dimensão religiosa”. Notadamente, pela atuação de segmentos cristãos, evangélicos e católicos conservadores. Conforme destaca Aguiar (2020, p. 608), a respeito do pleito presidencial de 2018:

Essa participação religiosa, sobretudo evangélica, consolida uma longa e crescente participação desses religiosos na esfera política (Cunha, 2017), transformando as igrejas evangélicas em verdadeiras máquinas eleitorais (Prandi; Santos; Bonato, 2019). Além de um apoio formal, como no caso dos líderes da Igreja Universal do Reino de Deus e da Igreja Internacional da Graça, algumas personalidades do mundo evangélico participaram de modo mais ativo por meio de estratégias de ativismo digital, gravando vídeos ou fazendo postagens nas redes sociais, material que evidentemente era disseminado pelas redes de apoiadores do candidato vencedor.

Vital da Cunha (2021, p. 23) aponta a emergência, nas eleições municipais de 2020, da Bancada Evangélica Popular (BEP), oficializada no dia 05 de julho de 2020, por uma *live* no *Facebook*, composta por oito lideranças evangélicas. A movimentação retrocedia a 2016, com a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), para o enfrentamento à Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. O coletivo Bereia, “iniciativa jornalística sem fins lucrativos voltada para o combate à desinformação em ambientes digitais religiosos”, como descrito no *site*, publicou, em seu perfil no *Instagram* @coletivobereia, em 13 de dezembro de 2024, um material informativo intitulado “Evangélicos no Brasil: um mosaico de expressões”. Nele, sintetiza fatos históricos, aborda as heterogeneidades inerentes ao campo e explica que o termo “neopentecostais” não pertence à identidade evangélica, sendo uma categoria “criada nos anos 1990 pelo sociólogo Ricardo Mariano para classificar um segmento do movimento pentecostal que, naquele momento histórico, se diferenciava dos demais – aqueles denominados clássicos ou históricos por alguns pesquisadores.”

A complexidade do campo evangélico, com diferenças que reverberam disputas acirradas no período de redemocratização do Brasil (Costa, 2018, p. 548–549), os contextos eleitorais mais recentes ecoaram fenômenos da realidade social e política brasileira contemporâneas, atravessada pelo “fenômeno da midiáticação”, que favorece a “emergência de novos agentes midiáticos”, ampliando os sentidos do que é “ser religioso” (Sbardelotto, 2018, p. 73). Somam-se a isso mandatos declaradamente religiosos associados à extrema direita, a (auto)nomeação de uma “bancada da Bíblia” no cenário político-institucional e a apropriação massiva das lógicas midiáticas por seus representantes e apoiadores.

Ao assumir que vivemos em uma “sociedade em midiatização” (Fausto Neto, 2012),¹ este texto propõe uma leitura sobre a atuação de uma das ativistas digitais situadas na fronteira religiosa e política que surgiu no contexto da chamada polarização: a Irmã Mônica Bispo. Evangélica pentecostal² da Congregação Cristã do Brasil, nordestina residente no entorno de Brasília, defensora de várias pautas progressistas, com destaque para a população LGBTQIAPN+, fã da cantora Lana Del Rey, moradora da periferia de Valparaíso de Goiás e apoiadora declarada do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e de políticos/as e candidatos/as de esquerda, Irmã Mônica ganhou projeção ao ser citada com preconceito por uma personalidade midiática da extrema direita³.

Irmã Mônica não se apresenta como pregadora *na* ou *de* internet, nos sentidos atribuídos por Silva e Costa (2021), ou seja, seu perfil não foi criado, específica e exclusivamente, para disseminar conhecimentos bíblicos ou preceitos cristãos com objetivos evangelizadores. Ela não se proclama autoridade, apenas praticante. Sua atuação orienta-se pela visibilidade do protagonismo⁴ leigo⁵ de “uma identidade orientada à desnaturalização do termo ‘evangélicos’, pela possibilidade de circulação de discursos dissidentes no que se refere a uma subjetividade religiosa naturalizada como conservadora [...]” (Falcão, 2021, p. 10). Entretanto, a dinâmica factual e imediata própria da comunicação pelas redes sociais digitais em relação aos acontecimentos e ao contexto social permite a atualização do posicionamento a qualquer tempo. Após construir-se como perfil militante, no dia 17 de janeiro de 2025, Irmã Mônica publicou “nota oficial”, na qual afirma que trará “conteúdos novos e diversificados, usarei minhas redes sociais para levar o evangelho, mostrar a obra e o amor ao nosso Deus”. A postagem também é publicada na página @centralirmamonica, definida como página de fãs, que tem 1.821 seguidores em 12 de março de 2025.

O perfil de Irmã Mônica na rede social digital *Instagram* apresenta postagens de fotos, cartazes e vídeos curtos, captados por aparelho móvel. A marca distintiva

¹ Para o autor, nesse contexto, “[...] o funcionamento das instituições e suas práticas é diretamente afetado pela presença dos meios e de suas lógicas e operações” (Fausto Neto, 2012, p. 300). Borelli e Regiane (2021) abordam a noção no sentido atribuído por Verón, que defende ser o processo de midiatização “algo de muito longe”, relacionado à “exteriorização de processos cognitivos”, não algo específico de “[...] uma contemporaneidade atravessada por múltiplos dispositivos tecnológicos”. Vale registrar que não há consenso no campo da comunicação sobre a definição.

² Palavra genérica utilizada para designar cristãos não católicos de uma diversidade de ramificações ou denominações. De modo crítico, Burity (2015) explica que “esse termo foi praticamente ‘sequestrado’ pelos pentecostais, que já eram maioria desde o final dos anos 1950 no protestantismo brasileiro, mas não tinham a hegemonia do campo protestante, a qual era exercida pelas igrejas chamadas históricas [...]” (Costa, 2021, p. 105).

³ Em 2023, após ser ofendida pela bolsonarista Antonia Fontenelle em um programa de rádio e Felipe Neto ter disponibilizado seus advogados para defendê-la, Irmã Mônica tornou-se mais conhecida em outros ambientes midiáticos, tendo sido entrevistada por vários veículos jornalísticos.

⁴ Falcão (2021) opõe protagonismo e liderança religiosa, caracterizando o primeiro como interação na rede, enquanto o segundo seguiria a lógica das celebridades midiáticas do *broadcasting*.

⁵ Remeto aqui à análise de Aguiar (2020, p. 605): “Nas redes, diferentes atores, não necessariamente ligados à estrutura burocrática das igrejas, disputam as narrativas e participam dos debates. Novos mediadores do religioso forjados por essas tecnologias, como *youtubers*, *blogueiros* ou *digital influencers* são, nesse ambiente, muitas vezes mais relevantes do que pastores, padres ou outros líderes religiosos, sobretudo na orientação de comportamentos.”

do perfil que alçou Irmã Mônica a certa popularidade é a publicação de vídeos dela em plano aberto, andando rapidamente de costas, pela rua, como se fosse uma caminhada espontânea e rotineira, mas que se percebe encenada. Em geral, uma voz *off*, que é do filho, com entonação animada, diz: “Irmã Mônica, Meu Deus!”, constituindo uma espécie de senha para ela virar de frente para a câmera e que se tornou um bordão repetido pelos/as seguidores/as nos comentários como elogio ou demonstração de intimidade. De modo brusco, em alusão a um desfile de moda, ela se vira, com um jogo de cabelo que remete ao mundo das celebridades, e fala alto para a câmera, muitas vezes, dedo em riste. Com o tempo, os vídeos tornaram-se mais variados, mas a maioria ainda segue esse padrão, marca pessoal e autoral da ativista. Símbolos de diferentes esferas, religiosa e secular, se entrecruzam no perfil de Irmã Mônica, produzindo efeito de humor.

São diversas as reações aos vídeos, expressas na forma de comentários escritos a cada postagem e também por meio de emojis e outras sinalizações típicas da comunicação pela internet. Com uma linguagem simples, entonação e linguagem corporal associadas no imaginário a certo estereótipo de pregação evangélica neopentecostal, o perfil de Irmã Mônica iniciou com postagens em defesa do presidente Lula e da população LGBT, afrontando explicitamente Jair Bolsonaro. Desde o início, criou um bordão: “Ninguém toca na minha LGBT” (referência ao filho Bruno), do qual derivaram outras construções iniciadas por “ninguém toca”, utilizado também pelos/as “seguidores/as” nos comentários em aprovação à conduta e às palavras dela, a exemplo de “Ninguém toca na Irmã Mônica”.

A escolha desse perfil para análise foi motivada e se justifica pelo traço dissidente em relação ao posicionamento predominante entre influenciadores/as religiosos/as cristãos/ãs, os/as que fazem militância político-partidária recorrendo à religião (como o deputado federal Nikolas Ferreira, o senador Flávio Bolsonaro, entre outros/as) e webcrentes⁶ (Batista, 2022, p. 131; Proença, 2021, p. 31) no ambiente midiático tradicional e nas redes sociais digitais. Soma-se a isso, principalmente, o posicionamento aberto e militante de solidariedade de Irmã Mônica em relação às pessoas LGBTQIAPN+, mas também defensoras dos animais, praticantes de religiões de matriz africana, políticos/as de esquerda, entre outros sujeitos minoritários. O perfil mobiliza-se para denunciar discursos que inspiram ódios, como os que circulam a partir de uma retórica evangélica pentecostal conservadora, reacionária e manipuladora, capturada pela extrema-direita. Outro fator que incidiu na escolha do perfil diz respeito à atuação *on-line* e, principalmente, *off-line*, de Irmã Mônica.

⁶ Termo pelo qual muitos/as cristãos/ãs evangélicos/as, principalmente os/as mais jovens, se autodefinem no ambiente digital.

Isso considerado, este texto tem por intuito de inserção no debate acadêmico e no ativismo social associado à interseção entre comunicação, política e religião, interrogamos os modos como o perfil da rede social digital no *Instagram* @irmamonicabispo constrói uma performance peculiar e dissidente, logo, minoritária, como mulher evangélica pentecostal e politicamente progressista. Para tanto, a pesquisa adota as noções de performance (Taylor, 2013; Schechner, 2002) e de performance mediada (Finn; Somdahl-Sands, 2014) para abordar as postagens. Estas foram selecionadas por amostra não probabilística intencional derivada de movimentos sistemáticos de acompanhamento do perfil (desde sua criação, em 22 de setembro de 2022) no escopo de um projeto de pesquisa mais abrangente.⁷ São ilustrativas da argumentação desenvolvida, sem pretensão de representatividade quantitativa do universo pesquisado. A pesquisa delinea-se, portanto, como qualitativa, orientada pela estratégia do estudo de caso único (Yin, 2001), ao assumir como unidade de observação o perfil selecionado.

ATIVISMO POLÍTICO EVANGÉLICO CONTRA-HEGEMÔNICO

Cunha (2017; 2019, p. 14) explica que o ativismo político evangélico existe há décadas, sendo a vertente conservadora a que alcançou mais expressividade como ator social e político e mais visibilidade na cena pública, fortalecendo-se “a partir de 2010, com o envolvimento de lideranças religiosas e fiéis, tanto em períodos eleitorais, predominantemente (e curiosamente) em campanhas de oposição (para que não se vote em candidatos, fundamentalmente da esquerda), quanto na defesa ou na oposição a temas”. Um dos principais alvos é o que os segmentos reacionários denominam “ideologia de gênero”, definida e disseminada por uma eficiente “retórica antigênero”, caracterizada pelo “ativismo reativo” (Carranza, 2022) assumidamente contra pessoas, grupos, aliados/as, movimentos sociais pelos direitos de quem não se define, não vive, não se apresenta a partir da lógica dominante e das codificações hegemônicas.

É nesse cenário, analisado por Magali Cunha (2017, p. 221; 2019) como de “[...] emergência de um ativismo político evangélico, não institucionalizado, com forte presença nas mídias digitais”, que (in)surgem figuras como a Irmã Mônica Bispo. Sua atuação, como pessoa comum, cidadã e religiosa, é digna de nota e de estudo nas interfaces entre comunicação, religião, mídias e política, pelo posicionamento público explícito contrário ao predominante entre os segmentos evangélicos/as, tanto de profissionais da política institucional (hoje reunidos sob a chamada Bancada Evangélica ou da Bíblia, a partir da formação e consolidação da Frente Parlamentar

⁷ Este texto constitui parte das atividades do projeto “Muito além da narrativa – comunicação e construção de um mundo comum”, financiado pelo Edital CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021 (Processo n. 422815/2021-7), que desenvolve em coordenação compartilhada com as pesquisadoras Daniela Matos e Jussara Maia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob o COMUM – Grupo de Pesquisa e Extensão em Comunicação, Mídia e Narrativas de Mudança Cultural, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRB).

Evangélica no Congresso Nacional) e da mídia, quanto de vários/as outros/as ativistas, que expõem sua posição política em canais e perfis na internet e também a utilizam para disseminação e interpretação religiosa.

Entre os perfis religiosos conservadores associados politicamente à extrema-direita, destacam-se alguns: o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, com 4 milhões e 200 mil seguidores/as no perfil do *Instagram*; Michelle Bolsonaro, com 7 milhões de seguidores/as na mesma rede social digital; Pastor Antônio Junior, com 3 milhões e 700 mil seguidores/as no *Instagram* e 15 milhões de inscritos em seu canal do *Youtube*. Frente a esses números, Irmã Mônica não tem condições de disputar, destacando-se como personalidade perante um público minoritário e altamente segmentado.

A despeito dos números, entendemos que a atuação política de Irmã Mônica se configura em perspectiva de cidadania (compartilhada com alguns movimentos sociais e sujeitos políticos progressistas), segundo a qual participar do debate público em igualdade de condições numa sociedade estruturalmente desigual, injusta, contraditória e hierarquizada (Telles, 2013), como a brasileira, envolve disputar o espaço público e, conseqüentemente, o ambiente digital. Isso provoca a inscrição de novos sujeitos políticos que, na qualidade de recém-chegados à cena pública (no sentido do direito à voz), perturba a ordem consensual e reclama sua voz historicamente negada, calada violentamente, instaurando lógicas não previstas na reivindicação de igualdade pelos “sem-parte” (Rancière, 2010) no mesmo espaço público que os exclui. Irmã Mônica exerce, portanto, uma prática de cidadania comunicativa, que Costa Filho (2021) define como “exercício do direito à comunicação que possibilita a inclusão dos diferentes grupos na visibilidade midiática”. Essa diferença se manifesta pelo progressismo político, pela aliança com pautas de grupos sociais excluídos e por questionamentos teológicos.

Esse tipo de ativismo provoca deslocamentos na visão homogeneizadora dos/as evangélicos/as, que não configuram grupo homogêneo (Cunha, 2017; Falcão, 2021; Costa, 2021, p. 96), ao contrário do que, muitas vezes, se acredita e propaga, principalmente em meios não religiosos. É inegável que a paisagem midiática é construída e dominada pelo conservadorismo religioso e político, com destaque para pentecostais e seus púlpitos eletrônicos e digitais. Ou, como traduzem Silva e Oliveira (2021, p. 7) e Cunha (2016), o “neoconservadorismo brasileiro” tem “feição evangélica”, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à estética. Gonçalves e Silva (2022, p. 151-152) explicam que:

Falar do impacto causado pelo movimento carismático pentecostal contemporâneo, desde o início do século XX, é lugar comum, visto ser de

conhecimento geral o seu significativo crescimento, alcançando, inclusive, em várias partes do mundo, uma maior representatividade numérica que outros grupos cristãos. Esse impacto também pode ser verificado na forte influência que a cosmovisão pentecostal vem paulatinamente exercendo sobre outras tradições religiosas. Há tempos que o Brasil, “o maior país pentecostal do mundo”, vem se mostrando cada vez mais pentecostal na liturgia e na teologia, algo visto, já na década de 90, como um processo de “pentecostalização” da igreja evangélica brasileira⁸.

Nesse sentido, Cunha (2019) aponta a existência de uma “cultura midiática evangélica”, que se expande para uma “cultura gospel”, na qual a religião é compreendida não apenas como “parte dos modos de vida de grupos sociais”, mas também como “campo de disputas pelo horizonte de uma ordem alternativa”. Borelli e Regiane (2021, p. 99) entendem que

Falar em midiatização da religião, nesse sentido (assim como em midiatização da política, da economia e outras aplicações do termo), não significa apenas apontar para o uso frequente das mídias ou para o impacto das mídias num campo específico, mas apontar para como a atividade de construção de sentidos está atravessada por lógicas midiáticas. Ou seja, não se trata de uma lógica institucional da midiatização da religião (focada nos meios), mas sim de processos complexos de trocas simbólicas entre os atores sociais que fazem parte e constroem esse fenômeno.

Em diálogo com o campo dos *Digital Religion Studies*, Aguiar (2020, p. 605) detalha o porquê o ativismo religioso digital é relevante no contexto contemporâneo, efetivando-se não apenas para disseminar valores religiosos, mas também políticos. O autor pontua que “O ambiente das redes digitais se torna, portanto, o lugar das grandes controvérsias contemporâneas e das disputas de valor na esfera política” (AGUIAR, 2020, p. 606). Logo, a política institucional constitui importante espaço a ser ocupado pelo “crente cidadão” (Maurício JR., 2023) frente a ameaças diversas. E isso justifica a chamada “batalha espiritual” (travada não apenas no campo estritamente político, como nos acostumamos a acompanhar nos últimos anos no Brasil, cujo ápice foi a cena grotesca da votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, mas diversas referências acadêmicas indicam os anos 1980 e o processo de redemocratização como momentos chave desse processo), amplificada pela chamada “guerra cultural”.

Isso se fundamenta no entendimento de algumas religiões e/ou denominações de que viver na terra significa escolher um lado na incessante guerra entre o bem e o mal (Costa, 2021, p. 103). Tais ideias têm nos meios de comunicação facilitadores na disseminação ideológica, configurando as “Comunidades Eletrônicas [hoje digitais

⁸ Os dados do Censo mais recente não foram consolidados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na íntegra até este momento (30 de setembro de 2024). Entretanto, a última pesquisa (2010) já havia revelado crescimento significativo da afiliação religiosa a igrejas cristãs evangélicas de diferentes matizes e estima-se que “até 2040 o evangelicalismo, em suas diversas denominações, deverá ser o maior grupo religioso do país. O fenômeno que o Brasil atravessa é conhecido como ‘transição religiosa’.” (Araújo; Viana, 17/8/2023). O pesquisador Victor Araújo, da Universidade de Reading, Reino Unido, é associado ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), da Universidade de São Paulo (USP), responsável pela publicação *Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920–2019)*.

também] de Consolo”,⁹ segundo Brito (2002). É também no sentido de uma suposta guerra contra forças malignas que Carranza (2022, p. 6) identifica a guinada dos/as evangélicos/as à exposição pública de posicionamentos políticos como missão evangelizadora e de conquista do poder para tornar todas as nações cristãs, por um projeto chamado dominionismo.

Por não haver homogeneidade entre esses grupos religiosos, evidentemente, há também movimentações políticas progressistas entre os/as evangélicos/as. Cunha (2019, p. 17) destaca que “[...] a superação da condição de invisibilidade dos evangélicos progressistas é elemento novo que deve ser observado e analisado em novas e atualizadas pesquisas.” Ao questionar, a partir de Martino (2016), sobre “o próprio da comunicação em relação à religião”, Falcão (2021) interroga “[...] como sensibilidades evangélicas não-hegemônicas se constituem e se tornam visíveis na atual configuração das redes digitais”. Em que pese o destaque alcançado por algumas personalidades progressistas no debate público na esfera da política institucional, como Henrique dos Santos Lima Vieira, o pastor Henrique Vieira, da Igreja Batista do Caminho, deputado federal (PSOL/RJ), Cunha (2019, p. 17) sublinha que:

O ativismo progressista evangélico não tem o mesmo nível de alcance dos conservadores: não há celebridades midiáticas neste grupo; sua teologia e linguagem são conflitantes com o imaginário religioso conservador que caracteriza os evangélicos brasileiros; não têm a simpatia da grande mídia. Como minoria, os evangélicos progressistas ocupam as mídias digitais e têm este espaço midiático como sua maior possibilidade de expressão e visibilidade no presente. As mídias digitais são o seu ambiente de ação contra-hegemônica tanto na esfera política como também no cenário evangélico brasileiro, e têm possibilidade de alcance e visibilidade nunca antes alcançada.

A Irmã Mônica Bispo é um exemplo dessa atuação contra-hegemônica, pois se apresenta na cena pública como politicamente progressista, defendendo abertamente o presidente Lula e as pessoas LGBTQIAPN+ numa posição religiosa dominada pela postura oposta. Com isso, a visibilidade construída em seu perfil provoca um deslocamento entre os polos posicionados como radicalmente antagônicos por alguns segmentos evangélicos assumidamente conservadores, conforme sua retórica dominante: cristãos, povo abençoado, representantes de Deus na terra *versus* pessoas LGBT, cujas reivindicações são passíveis de questionamento por serem “anticristãs” e “cristofóbicas”.¹⁰

Na já mencionada heterogeneidade que constitui os evangélicos no Brasil contemporâneo, o que inclui os (neo)pentecostais, a Congregação Cristã do Brasil, religião professada por Irmã Mônica, tradicionalmente orienta que os/as fiéis se

⁹ Brito emprega o termo a partir de Eliane Hojajj Gouveia. Inegavelmente, remete às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da vertente progressista da Igreja Católica, revelando uma apropriação.

¹⁰ Maurício Junior (2023) localiza no ano de 2010 o acirramento dos confrontos abertos no espaço público pelos evangélicos contra a população LGBT.

mantenham indiferentes à política. “Comportando-se como *outsiders*, à margem, com estilo de vida determinado pela crença, apegavam-se ao lema: ‘o crente não se mete em política’.” (Proença, 2021, p. 15). E esse é, justamente, um dos comentários recorrentes no perfil de Irmã Mônica: ela seria uma falsa evangélica por transgredir a orientação institucional e, principalmente, por defender a pauta LGBT.

SAIÃO, VÉU, BÍBLIA E CABELO DE CHICOTE: UMA PERFORMANCE DISSIDENTE

O perfil @irmamonicabispo acumulou [até 12 de março de 2025] 172 mil seguidores/as, sendo o de maior engajamento (em relação a outras plataformas nas quais tem atuação). Na fotografia do perfil, Irmã Mônica posa de pé, sorrindo, com um véu branco sobre a cabeça, no interior da igreja. Ao fundo, mulheres de costas para ela, de frente para o púlpito, também com véu branco. Na descrição, lê-se: “Agindo no impossível em Brasília”. Esta frase dialoga com quem professa as religiões cristãs pois, conforme diversas passagens bíblicas, tanto do antigo como do novo testamento, há referências à ideia de que nada é impossível para Deus (Gênesis 18: 14; Zacarias 8: 6; Jeremias 32: 17; Mateus 19: 26; Lucas 1: 37; Atos dos Apóstolos 26: 8) e para aquele que crê (Mateus 17: 20; Marcos 9: 23; Hebreus 11: 1-3).

Conforme já mencionado, assim como igrejas e pregadores/as, pessoas comuns individualmente passaram a agir como sujeitos comunicantes no universo das religiões midiáticas (Martino, 2016). Isso ocorre não apenas pelas disponibilidades técnicas, mas é parte de um fenômeno contemporâneo chamado por estudiosos/as das interfaces religião, sociedade e política de “emergência pública das religiões em escala global” (Burity, 2015), “desprivatização do religioso” (Burity, 2015; Cunha, 2019) e “religião pública” (Cunha, 2019). Na tentativa de definição do problema, das diferentes percepções e dos diversos efeitos da publicização das religiões (considerando o cenário global e a multiplicidade de religiões), Burity (2015, p. 90) sinaliza que:

Ela instaura uma nova *cena*, que perturba um imaginário político solidamente constituído, revelando não somente suas fraturas, mas também a multiplicidade (e portanto, a contingência) de caminhos por meio dos quais tal imaginário (o moderno ocidental) se constituiu. Essa cena pede lugar, toma lugar, desaloja outras cenas ou as torna mais complexas. A cena da religião pública é, certamente, contestável, mas ainda precisamos discutir em que sentidos e o quanto podemos referendá-los. Interrogarmo-nos sobre a emergência pública das religiões demanda percebermos a composição dessa cena, seus atores, *scripts* e cenários, tanto quanto as tecnologias que a capturam e difundem (por exemplo, as velhas e novas mídias). [grifo do autor]

A heterogeneidade das religiões e a pluralidade de sua mediação devem ser consideradas também na dimensão das atuações individuais daqueles/as que se apresentam em público como porta-vozes. E, mais especificamente, como intentamos aqui, daqueles/as que se posicionam de modo dissidente, como é o caso de Irmã Mônica

Bispo e de seu perfil. Ela poderia apresentar-se apenas como cidadã indignada ou solidária às pessoas LGBTQIAPN+. No entanto, opta por reforçar seu lugar social como mulher evangélica professante na Congregação Cristã do Brasil, o que caracteriza sua performance, a visibilidade que molda sua identidade na cena pública midiaticizada e, por consequência, as relações com o público. Isso é relevante porque uma das críticas mais recorrentes que ela recebe de antagonistas refere-se ao uso do véu branco em diversas situações e ambientes.

Em postagem de 22 de maio de 2023, composta por uma fotografia de Irmã Mônica na rampa do Palácio do Planalto trajando um vestido longo vermelho de mangas compridas e seu véu branco, uma pessoa comentou: “Quem é ou já foi da congregação cristã no Brasil, sabe muito bem que a forma que ela tá usando o véu é totalmente contra a doutrina da igreja, e ela também sabe disso muito bem, ela deveria usar outra forma pra ganhar mídia, não usando o véu que representa tanto pra denominação. Mais respeito com o véu por favor.” [sic] Na sequência, outra mulher rebate: “Sou CCB raiz como diz minha filha e estou contigo irmã @irmamonicabispo, admiro sua coragem, tem meu respeito, seguir Jesus Cristo é ser amor, ser Cristão de fachada é muito fácil.” Na publicação de 16 de dezembro de 2022, comenta-se, em tom de humor: “Cadê o Véu irmã!? O Ancião barrou? Avisa nois que a gente da o papo nele!” [sic]

A maioria dos comentários é de admiradores/as, mas algumas pessoas que se declaram evangélicas questionam os posicionamentos de Irmã Mônica em tom de crítica e denúncia, como se ela profanasse elementos sagrados da religião ou, no limite, como se não fosse digna de usar o véu ou, ainda, como se fosse uma falsa religiosa zombando dos preceitos religiosos. Tanto é assim que vários comentários questionam se ela é mesmo evangélica ou se é uma “personagem” (de ficção), uma atriz. Essa dúvida é afrontosa, mas também genuína, se forem considerados alguns símbolos acionados na performance de Irmã Mônica como a indumentária e o cabelo, o uso do véu, deitar-se no chão, orar no monte, o modo de falar que, muitas vezes, alude à oratória de pregações pentecostais e como são representadas, ou mesmo efetivamente performadas pelos/as legítimos/as fiéis.

Aqui, cada manifestação (postagens e comentários) é tomada como “ato responsável” (Bakhtin, 2010), no sentido da palavra incorporada da verdade individual, atravessada visceralmente pelo social, pelo cultural, pelo histórico e direcionada à participação interessada no diálogo. Nesse sentido, da palavra incorporada, associada à performance e aos modos de enunciação da palavra evangélica pentecostal, Irmã Mônica mantém posição de proposital ambiguidade, deslizando recorrentemente entre o religioso e o secular.

A mobilização de um modo específico e repetido de manejo do corpo, do cabelo e de elementos “cênicos” na criação da figura midiática remetem ao que Amaral, Soares e

Polivanov (2018, p. 64) salientam sobre a noção de performance. Ao ser reivindicada, “significa enfrentar os problemas da visibilidade em uma época na qual, diante dos constantes acionamentos do corpo, via fotografias, *selfies*, aparições em *sites* de redes sociais, a metáfora da teatralidade se faz presente.” Por performance, entendemos aqui “prática incorporada” (Taylor, 2013), “expressão cênica” (Cohen, 2011), “comportamento restaurado” (Schechner, 2002) em associação ao universo evangélico pentecostal (Rabelo, 2011). Conforme pontuam Cardoso Filho e Gutmann (2019, p. 108),

Em Schechner (2006), performances são tomadas como ações (o “mostrar fazer”) permanentemente restauradas como potencialidades de ruptura, o que significa que acolhe, num só tempo, convenções e suas desestabilizações. Esse movimento articulado entre restauração/reconhecimento e ruptura/estranhamento só é possível porque a performance pressupõe um olhar que não se dirige apenas ao texto e nem exclusivamente ao horizonte recepcional, mas ao lugar de articulação entre recepções, textualidades e seus contextos. A performance não está num objeto específico, ela se dá no nível da relação e deve ser vista, pelo analista, nos espaços de interações.

Por se tratar de movimento intrinsecamente dialógico, a performance implica “abrir-se para o ato, a ação, o cênico. Aquilo que se faz, como se faz, em que contexto. Parte do que chamamos de autoconsciência das ações significa reconhecer que tais ações são feitas ‘para alguém’, para um ‘outro’ visível ou invisível.” (Amaral, Soares e Polivanov, 2018, p. 64). No contexto das mediações pelas redes sociais, vale pontuar que a autenticidade atribuída pelo público a um perfil é fundamental para sua credibilidade.

É difícil caracterizar perfil de público no mundo digital, sobretudo em relação a personalidades dissidentes que enveredam por pautas que envolvam polêmicas, principalmente de natureza moral e/ou político-partidária no cenário brasileiro atual. Podemos dizer que o perfil @irmamonicabispo tem dois públicos bem definidos, que se antagonizam na cena pública brasileira e nos comentários do perfil: 1. evangélicos/as conservadores/as, interlocutores/as que ela desafia, algumas vezes associando-os/as a “bolsominions”; 2. pessoas LGBT e aliadas das pautas progressistas, orientadas à esquerda no espectro político, cristãs ou não. Os/As primeiros/as mostram-se indignados/as e tentam desqualificá-la como evangélica autêntica, o que ajuda a construir um lugar peculiar para ela como potencial influenciadora digital em meio a tantas, enquanto os/as segundos/as demonstram agradecimento, admiração pela coragem e assumem sua defesa perante as agressões verbais dos/as opositores/as. A simpatia se manifesta, principalmente, porque Irmã Mônica tem mais a perder ao se posicionar do que alguém não religioso/a, justamente pela postura dissidente.

As publicações no *Instagram* têm como data de ativação 22 de setembro de 2022, portanto, momento próximo ao primeiro turno das eleições presidenciais. Na postagem inaugural, ao som de uma música *pop*, Irmã Mônica apresenta-se andando, de costas, com véu, a bíblia, rumo ao Palácio do Planalto. O narrador, uma voz jovem masculina diz, em *off*: “Irmã Mônica já está chegando. Ela vai erguer as

mãos.” Após um corte de edição, ela é mostrada vestida com a bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos comentários, algumas pessoas questionam o uso do véu, enquanto outras a chamam de profeta. Os primeiros vídeos disponibilizados foram republicações de outro *site* de rede social digital, o *TikTok*, a partir do perfil de Bruno Bispo, filho de Irmã Mônica (“a minha LGBT”). Ele é o narrador em todos os vídeos, orientando a mãe sobre quando se virar para a câmera e o que dizer. Pela explicitação dos bastidores, os vídeos, que são caseiros, pretendem revelar espontaneidade, ausência de ensaio ou profissionalismo, conferindo autenticidade à Irmã Mônica, como se fosse captada em momentos do seu cotidiano. Com o tempo e a repercussão, alguns elementos se alteram, mas não a ponto de descaracterizá-la.

A partir do segundo vídeo, também de 22 de setembro de 2022, a performance de Irmã Mônica torna-se mais complexa, com o corpo ajoelhado em frente ao Palácio do Planalto, “orando pra Deus arrancar o ex-presidente Bolsonaro”, como escrito ao lado do nome do perfil. No vídeo, após a oração, feita de joelhos, com som ambiente da rua, ela profere em voz alta, brandindo a bíblia com uma das mãos, parecendo bem fervorosa e remetendo ao imaginário social no que se refere à imitação de voz de um estereótipo de evangélico pentecostal em oração: “Ó, Senhor, tu decreta a derrota de Jair Bolsonaro neste lugar! Espírito Santo de Deus! Amém! Glória a Deus, meu pai.” No final, ela se curva, baixando a cabeça. Quando se levanta, de costas, e se vira para a câmera, o narrador pergunta: “Irmã Mônica, Bolsonaro vai cair ou não vai?”, ao que ela responde: “Já caiu, em nome de Jesus, desse lugar. O fascismo foi derrotado neste lugar, hoje, para a honra e a glória de Deus, amém?”. Esta publicação demonstra a ideia de deslizamento da performance que defendemos aqui, tanto por associar religião e política quanto pela teatralização do ato.

Na sequência, em outro vídeo, publicado no mesmo dia, já em casa (elemento de autenticidade associado à criação de intimidade com o público, ao revelar o ambiente privado), ela ora de pé perante a toalha de praia com o rosto do presidente Lula, pedindo a Deus que ele seja o novo presidente. Em outros vídeos, ela canta em favor de Lula, pedindo para a igreja acordar. No texto, as *hashtags* #lulapresidente2022, #evangelicoscomlula, #forabolsonaro, #bolsonarogenocida.

Importa destacar que a efusividade, a “ênfase performática” passou a fazer parte do processo de louvor evangélico também como modo de expressar sua cosmovisão religiosa, principalmente entre os/as pentecostais, mas não apenas, em seu aspecto de batalha espiritual. Nesse sentido, o corpo foi ressignificado (Moreira, 2016, p. 161). Nas religiões cristãs, a tendência é disciplinarizar os corpos, com ênfase nos femininos. Em pesquisa com mulheres da igreja Deus é Amor, Rabelo (2011) nota que “A agência¹¹ que se articula na prática pentecostal repousa nessa experiência do corpo como repositório

¹¹ A autora adota a noção de agência de Saba Mahmood (2001), que a define, resumidamente, como “capacidade para a ação” (Rabelo, 2011).

do poder divino e foco a partir do qual esse poder se irradia para outros.” Da relação entre o estritamente espiritual, o ritual dos cultos e o cotidiano, Rabelo (2011) ressalta:

A fiel [pentecostal] procura estender o poder que experimenta nos cultos para outros lugares e pessoas. Da prática cotidiana da oração, do hábito de cantar hinos religiosos enquanto realiza suas tarefas domésticas e de manter o rádio sempre ligado em programas evangélicos, advém a experiência costumeira de receber o Espírito Santo fora da igreja e ser beneficiada com alguma graça. Muitas mulheres contam histórias de curas, produzidas nelas mesmas ou naqueles por quem oravam, em casa, não raro enquanto estavam cantando ou rezando, ajoelhadas ao pé do rádio. Ao entorno poluído pelo pecado opõem, assim, não apenas o domínio sagrado do templo, mas o próprio corpo, como marcador de lugar. O corpo feminino, de algum modo sempre deslocado ou em tensão com os lugares em que o passado (mundano) está firmemente enraizado, ele mesmo é convertido em um foco de ou para lugar-receptáculo de um poder que pode fluir para outros e transformar seu entorno.

O que ocorre com Irmã Mônica nas performances mediadas é que as publicações são na forma de vídeos curtos preparados para esse fim (gravação e postagem), o que não necessariamente lhe retira a espontaneidade e a autenticidade como mulher evangélica. Entretanto, para posicionar-se no mundo digital tão disputado, foi preciso construir-se como uma espécie de personagem com autoridade – mesmo face ao inegável humor convocado –, por meio de repetições, a lhe garantir identidade, singularidade e ao mesmo tempo diferença em relação a performances e discursos evangélicos predominantes.

Um dos elementos diferenciadores mais marcantes de sua performance é o “cabelo de chicote”, como pessoas do seu público chamam o gesto com a cabeça e o cabelo que a caracterizam ao virar o corpo bruscamente para compartilhar sua mensagem, em geral, com o dedo em riste. Algumas vezes, ela aparece sorridente, como em publicações feitas em eventos no Congresso Nacional, em meio a políticas/os LGBT e outras/os de esquerda, em paradas do orgulho LGBT ou outras ocasiões públicas.

Ao “decretar” e dar a “ordem”, Irmã Mônica não apenas repete jocosamente um enunciado religioso ou emula depreciativamente o léxico pentecostal. Ao vestir o véu ou mexer no cabelo, devidamente comprido, conforme prescrições religiosas, usando a voz e a entonação agressiva para a câmera, ela performa a luta contra o mundo, contra o que entende como forças do mal, de modo avesso ao preponderante no campo evangélico: o ex-presidente, a homofobia, o moralismo, o conservadorismo retrógrado, a ausência de políticas públicas.

No dia 13 de agosto de 2023, há publicação de um vídeo de Irmã Mônica postada de pé, com um vestido longo vermelho de mangas igualmente longas, gravada em plano de conjunto, música ambiente ao fundo, acompanhada por duas mulheres, uma de pé, outra sentada, com vestes brancas típicas da indumentária das pessoas de religiões de matriz afro-brasileira a manusear o preparo do quitute acarajé. Em sua fala, no vídeo, Irmã Mônica, com o dedo indicador em riste, diz: “Sou Irmã Mônica, uma serva

de Deus, [...] (trecho incompreensível) eu peço a vocês que respeite todas as religiões, amém? Respeite! É uma ordem e um decreto. Hoje, deste lugar de Irmã Mônica, eu exijo respeito por todas as religiões, amém? [...] (trecho incompreensível). Amém, minha linda?” [sic] Após o pronunciamento, ela beija as duas mulheres e o vídeo termina. Na coluna dos comentários, ela escreve: “Sua religião é uma escolha pessoal e deve ser respeitada. O Estado Brasileiro é laico, ou seja, não tem religião. Tem sim, o dever de garantir a liberdade religiosa. Diz o artigo 5º, inciso VI, da Constituição”.

O comentário de seguidor que apresenta mais “curtidas” (51) diz o seguinte: Imitar Jesus é isso! Feliz que compreendeu a essência da vida cristã: AMAR, como Jesus amou! O segundo mais “curtido” (40) escreve: “É isso aí Irmã Mônica. Aula de respeito à diversidade!” (acompanhada de figurinhas coloridas). Outros são bem-humorados: “Ninguém toca e nem chuta nossa macumba, ordem e decreto da Irmã Mônica amém. Axé” (acompanhado de figurinhas coloridas). Essa postagem, que claramente afronta ideais religiosos evangélicos pentecostais, não tem manifestações contrárias. Postagens em defesa dos animais, em favor do Agosto Lilás, também não têm comentários contrários. De fato, o que mobiliza mais interações são as postagens relacionadas à política institucional e em defesa da população LGBTQIAPN+.

No dia 19 de julho de 2023, a postagem menciona a deputada Carla Zambelli¹². A vestimenta de Irmã Mônica é composta por saia comprida e blusa fechada na cor rosa, com uma bolsa pequena, atravessada, também cor-de-rosa, em alusão à campanha publicitária mundial do filme *Barbie*,¹³ que gerou significativa adesão nas redes sociais digitais e também nas sessões de cinema. Nesse vídeo, que aparenta ser uma sequência (embora tenha sido postado antes, compõe com o vídeo de 20/7 sobre a inelegibilidade de Sérgio Moro), Irmã Mônica expressa raiva, fala em tom alto, dedo em riste, após ser indagada pela voz off: “E a Carla Zambelli, Irmã Mônica?” Ao que ela responde: “Carla Zambelli, agora só aguarde, “toc toc” na sua porta, é a Polícia Federal. É uma ordem e um decreto”.

Esse vídeo recebeu muitos comentários, dentre os quais destacamos: com 121 curtidas: “Irmã Mônica de Barbie decretando! A maior que temos (acompanhada por um coração vermelho). Em resposta a um comentário positivo, uma pessoa critica, dizendo “cuidado, vocês não vão muito longe com esse deboche! Não será feliz.” Quando alguém responde, indiretamente acusando a seguidora de defender Zambelli e Bolsonaro, ela retruca com evasivas e recebe: “Querida, não seja cínica. Vc segue TODOS daquela família. Obviamente não é uma questão de “escolha” e sim de identificação. Vc realmente não se incomoda com todos os discursos de ódio e preconceitos que

¹² Referência à deputada federal pelo PL-SP Carla Zambelli Salgado de Oliveira, que perseguiu o jornalista Luan Araújo de arma em punho, aos gritos, pelas ruas de um bairro nobre de São Paulo em outubro de 2022. O episódio gerou uma série de ações judiciais e repercussões midiáticas. Na época do vídeo de Irmã Mônica, a deputada foi citada pelo hacker Walter Delgatti, em depoimento à Polícia Federal, como mandante e fonte pagadora da invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação.

¹³ Produção cinematográfica estadunidense, *Barbie The Movie* (2023) foi dirigido por Greta Gerwig.

eles espalham aos quatro ventos o tempo todo? Sinceramente, reveja seu pensamento cristão, pq ele está bem distorcido.” A isso, a pessoa responde: “Essa igreja que hora pelo mal a alguém não é a certa!” [sic]. Na sequência, várias pessoas ignoram o debate, aplaudindo Irmã Mônica e fazendo referências ao filme *Barbie*. Até que duas pessoas diferentes comentam sobre o vídeo: “Lhe darei uma passagem sem volta pra Venezuela, amém”. “Brincando com o nome de Deus e com as coisas dos céus, vai vendo...”

Essa postagem é relevante porque demonstra o caráter situado dos enunciados e da performance e as relações que estabelece com o contexto, com outros temas que atravessam a cotidianidade. Irmã Mônica, provavelmente, vestiu-se de cor-de-rosa naqueles dias de maneira proposital, para gravações e publicações que ocorreram nos dias de lançamento do filme *Barbie* nos cinemas brasileiros. Essa referência, mesmo que não tenha sido evocada na fala, tinha potencial para gerar engajamento do público, como de fato aconteceu. As denúncias sobre Carla Zambelli levaram as pessoas apoiadoras da esquerda a manifestarem nas redes sociais digitais o desejo de que a deputada fosse presa. Nos comentários, os/as seguidores/as do perfil interagiram sobre esse acontecimento da política, associando-o ao discurso religioso e aos discursos de ódio promovidos pela extrema direita, com a qual relacionam as pessoas que criticam Irmã Mônica.

Sobre a criação de polêmicas por deslizamentos discursivos, exemplificamos com outro vídeo, publicado em 22 de setembro de 2022. Nele, Irmã Mônica está sentada numa cadeira de balanço, supostamente em sua casa, com um adesivo da campanha do presidente Lula adornando a parede sobre sua cabeça. A voz *off* a entrevista, solicitando que transmita uma mensagem para as pessoas que comentam negativamente sobre o uso do véu e desconfiam que ela seja evangélica. Ela confirma ser da Congregação Cristã do Brasil, “não da Jandira¹⁴”, e que a mulher de Deus deve orar de véu. A voz *off* também aborda os questionamentos sobre o interdito, pela religião, a seus fiéis de manifestarem publicamente suas preferências político-partidárias, ao que ela responde, com voz tranquila, em alguns momentos com o dedo indicador em riste: “Eu não vou tirar meu véu, eles vão ter que me engolir porque eu aprendi, dentro da minha Congregação Cristã do Brasil que a mulher, perante Deus, ela deve orar de joelho e de véu. [...] Eu sou treze, eu sou Lula. E desde criancinha, desde o ventre de minha mãe, eu sou uma serva de Deus.”

A performance de Irmã Mônica não é apreciada por parte do público do perfil que se autodeclara cristão. Isso mantém vínculos com o discurso religioso que se coliga ao autoritário, visível no universo evangélico pentecostal, ainda mais se considerarmos que uma de suas crenças mais fundamentais é a de que os/as crentes se relacionam diretamente com a entidade divina, sendo, portanto, seus representantes. Soma-

¹⁴ Referência à Congregação Cristã Ministério de Jandira (CCMJ), dissidência da Congregação Cristã do Brasil (CCB). Ao demarcar isso, Irmã Mônica posiciona-se como adepta tradicional da denominação.

se a isso a relação entre “batalha espiritual” e o acionamento de termos do campo semântico militar, de guerra, aproveitado por lideranças evangélicas e reproduzido por seus adeptos, o que Maurício Junior (2023) interpreta como elemento fundamental para o “recrudescimento de sensibilidades beligerantes na esfera pública brasileira”. O autor chama a “estética de confronto” proposta e praticada por algumas lideranças e *influencers* pentecostais de “pentecostaharsh”, um modo agressivo de incitar confrontos e provocar polêmicas na cena pública, promovendo ainda mais o esgarçamento do social em favor dos “acirramentos dos afetos públicos” (Maurício JR., 2023).

Uma das estratégias utilizadas para estimular essas tensões é a instauração de polêmicas e falsas polêmicas, ampliada num contexto de disputas políticas pela possibilidade de anonimato na internet e, conseqüentemente, nas interações nos *sites* de redes sociais digitais, o que inegavelmente favoreceu a chamada polarização na conjuntura política e social brasileira. No ambiente brasileiro atual, dominado pela chamada pós-verdade e rompimento das relações sociais, isso ocorre pela disseminação de informações falsas, a deturpação da realidade e a ausência de argumentação, que matizam interações sociais presenciais, digitais e midiáticas.

Nas interações provocadas pelas postagens do perfil @irmamonicabispo, observa-se: o acento nos deslizamentos discursivos, principalmente entre religião e política; a interação entre sujeitos diversos, representando a diversidade em relação à composição da sociedade; a disposição para o debate sobre a política institucional, sendo a maioria das mensagens de apoio ao perfil e à Irmã Mônica, com muitos comentários atravessados por palavras que remetem explicitamente ao pajubá, linguagem criada e utilizada por pessoas LGBTQIAPN+. Isso é coerente, já que Irmã Mônica se apresenta muito enfaticamente como defensora dessa população, como já informado, demonstrando deslocamentos de sentido, complexidade nas relações e nas interações sociais. Além disso, revelam a potencialidade comunicacional dos enunciados e das performances em circulação no mundo digital, para além de ambientes discursivos restritos (de interações entre iguais, como as igrejas e os perfis de lideranças e *influencers* exclusivamente religiosos) e das polêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O traçado de leitura do perfil de Irmã Mônica no *Instagram* na perspectiva da performance comunicacional e de uma breve aproximação às interações permitiu identificar ainda mais questões em aberto do que conclusões apressadas sobre um fenômeno com tanto potencial analítico e de compreensão do cultural, do social, no espaço político brasileiro contemporâneo como a atuação de dissidentes pentecostais. Um dos desafios ainda a ser enfrentado diz respeito ao desenvolvimento de protocolos de pesquisa qualitativa específicos para estudos de caso de fenômenos do mundo digital

que permitam vincular melhor as postagens em sua multimodalidade, os comentários e as restrições impostas pelas plataformas. Outro apontamento importante refere-se à necessidade de pesquisas sobre a atuação de evangélicos/as progressistas nas redes sociais digitais por meio de estratégias como casos múltiplos, enfoques holísticos (Yin, 2001) e outras.

A dissidência de Irmã Mônica é evidente e incisiva, mas é mais interessante justamente na complexidade que permite entrever, pois se trata de uma performance que carrega qualidades próprias de sua prática e da sua leitura bíblica e da palavra socializada na igreja (cosmovisão religiosa evangélica pentecostal) tal como ela subjetivamente apreende e pratica. E, como tal, está exposta a possibilidades de interpretações, reações e agências as mais diversas e contraditórias em relação ao que se espera de um sujeito mulher evangélica de classe popular. Nesse sentido, entendemos a pertinência de estudos interdisciplinares e transmetodológicos que aprofundem o olhar sobre as subjetividades dessas mulheres, considerando seus trânsitos cotidianos e as especificidades de suas experiências de vida em contextos de dificuldades materiais de sobrevivência. É mais fácil estereotipar e quantificar, mas, em meio ao tão propalado e temido crescimento evangélico (que inegavelmente se firma no país) há uma diversidade que, se ouvida e estudada, pode mostrar caminhos para o enfrentamento das ideologias fascistas, das políticas de ódio da extrema direita e das influências de certas lideranças neopentecostais de expressão nacional como as da IURD, Renascer em Cristo, Internacional da Graça e outras envolvidas em escândalos.

No levantamento do Estado da Arte realizado para o projeto de pesquisa do qual derivou este texto, foram localizados diversos trabalhos acadêmicos centrados em lideranças religiosas, políticos e/ou pessoas proeminentes do mundo evangélico pentecostal e *influencers* desse segmento, o que é fundamental para compreendermos as relações entre religião, mídia, sociedade e poder na contemporaneidade. Em que pese a inquestionável relevância dessas pesquisas, importa sublinhar o desequilíbrio em relação a personalidades dissidentes no meio religioso, pois elas executam movimentos contra-hegemônicos (Cunha, 2017; 2019) que, se não tão expressivos quanto os hegemônicos, ao menos instauram uma dimensão do político que permite entrever fissuras em discursos e práticas que tentam aparecer na cena pública como vozes em uníssono, sobretudo no que diz respeito à “batalha espiritual”, à “guerra cultural”, a despeito de toda a heterogeneidade constitutiva da sociedade.

Não podemos dizer que o impacto das postagens do perfil analisado e da figura pública de Irmã Mônica é significativo, em termos de conversão de votos ou de abalo nas vozes hegemônicas no campo religioso. Entretanto, sinaliza a heterogeneidade de posicionamentos políticos no segmento evangélico e provoca debates, principalmente, pela divulgação de ações *off-line* das quais Irmã Mônica participa, como Paradas do

Orgulho LGBT, encontro com deputadas lésbicas ou trans; sua presença desestabiliza o previsto em certas cenas públicas, deslocando sentidos e mobilizando debates.

Nesse sentido, uma atuação dissidente como a de Irmã Mônica (e outras) capta, com humor, com elementos de caricatura até, contradições, ambiguidades, fragilidades da lógica hegemônica cristã face à vida vivida, instituindo uma forma não institucionalizada de dissenso na cena pública. As posições evangélicas hegemônicas provavelmente não endossam performances como a dela, uma mulher evangélica, negra, nordestina, de periferia, defensora de pautas invisibilizadas ou mesmo demonizadas, que decide manifestar sua contrariedade face ao que é estabelecido como moralmente correto, como bíblico. Esse é o potencial desestabilizador desses sujeitos que não têm uma posição fácil de identificar e cristalizar na arena das disputas em confronto na atual configuração da sociedade e da religião em contexto de mediatização, com suas contradições e zonas cinzentas.

Como sabemos, foi e é difícil, por exemplo, eleger mulheres, cis e trans no Brasil, como confirmam as estatísticas divulgadas pelo TSE Mulheres (<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres>). Desse modo, ao sinalizar, no perfil do *Instagram*, a possibilidade de Irmã Mônica candidatar-se no pleito de 2024 (o que não se efetivou), pensamos nas dificuldades de localizá-la em meio a eleitores/as possíveis. As mulheres evangélicas pentecostais votariam numa pessoa que dizem “idolstrar” (num contexto em que a idolatria é vista como pecado) Lula e que se candidatasse por um partido de esquerda? As pessoas LGBTQIAPN+ deixariam de votar em alguém do próprio grupo para votar numa mulher evangélica pentecostal? São questões para refletir ante os desdobramentos de um perfil político e religioso cômico numa rede social digital, em meio a uma infinidade de perfis alinhados às perspectivas hegemônicas.

Concluimos também que há necessidade de ampliação de pesquisas sobre as performances comunicacionais de *influencers* religiosos/as, principalmente na forma de estudos comparativos, inclusive, entre religiões diversas. Além da investigação das práticas religiosas e da instauração de performances públicas, há uma dimensão narrativa a ser estudada de modo mais aprofundado. Observa-se um acento na dimensão discursiva, mas as performances e as interações revelam também pistas para análises mais centradas na narratividade construída por esse tipo de comunicação.

Outro aspecto surgido do percurso refere-se à possibilidade de se interpretar a atuação de Irmã Mônica como traço de uma micropolítica, mesmo que ela dialogue tão de perto com a política institucional e com uma minoria que cada vez mais se organiza e se apresenta como coletividade com voz na arena pública. Essas experiências mínimas podem não fazer “cair por terra” políticos como o ex-presidente ou as poderosas lideranças religiosas que impregnam a religião de ideologia fascista, mas ao menos permitem vislumbrar potências emancipatórias que, sem arsenais de *fake news* e *bots*, apresentam pequenos passos disruptivos capazes de provocar

deslocamentos em relação ao que é dado como inquestionável, ao convencional (no caso das religiões e da política), ao retrógrado, ao poder instituído.

SOBRE A AUTORA

Lilian Reichert Coelho: Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (1998), mestre em Estudos Literários pela UNESP-Araraquara (2000) e doutora em Letras (Literatura Contemporânea) pela Universidade Federal da Bahia (2009). Trabalha como docente no curso Bacharelado em Mídia e Tecnologia do Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais do Campus Jorge Amado da Universidade Federal do Sul da Bahia. Atua nos cursos Bacharelado em Mídia e Tecnologia e Licenciatura em Linguagens e já atuei no Bacharelado em Humanidades e na Formação Geral da UFSB. Participa como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (UFSB) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Carlos Eduardo Souza. Ativismo digital evangélico e contrassecularização na eleição de Jair Bolsonaro. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, PUC-Minas, v. 18, n. 56, p. 600-624, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/22622> Acesso em: 3 out. 2024.
2. AMARAL, Adriana; SOARES, Thiago; POLIVANOV, Beatriz. Disputas sobre performance nos estudos de Comunicação: desafios teóricos, derivas metodológicas. *Revista INTERCOM – RBCC*, São Paulo, v. 41, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3044> Acesso em: 2 out. 2024.
3. BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotelo e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
4. BORELLI, Viviane; REGIANI, Herivelton. O processo de midiaticização e a natureza midiática da religião. *Comunicação & Inovação*. São Caetano do Sul, v. 22, n. 49, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7143 Acesso em: 10 set. 2024.
5. BURITY, Joanildo. A cena da religião pública – contingência, dispersão e dinâmica relacional. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 102, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/FV44zNnSZC6Yd9xP5gHLr9r/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 out. 2024.
6. BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luís Pérez; CARRANZA, Brenda (Org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
7. CARRANZA, Brenda. Democracias na América Latina: valores e direitos tensionados pela religião (texto de Apresentação). *Revista Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 24, ago.-dez./2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/csr/article/view/8671820/30853> Acesso em: 29 set. 2024.
8. CARDOSO FILHO, Jorge C., GUTMANN, Juliana F. Performances como expressões da experiência estética: modos de apreensão e mecanismos operativos. *Intexto*, UFRGS, n. 47, agosto de 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/81918> Acesso em: 1 out. 2024.
9. COHEN, Renato. *Performance como linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
10. COSTA, Fernando Coêlho. Evangélicos Progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)*, UFMA, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10549>. Acesso em: 10 mar 2025.
11. COSTA, Patrícia Garcia. *Novas identidades e subjetividades on-line: o conservadorismo fluido no discurso das jovens youtubers evangélicas*. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021.
12. COSTA FILHO, Ismar Capistrano. O reconhecimento do receptor-usuário na cidadania comunicativa. *Revista Intexto*. Porto Alegre, UFRGS, n. 52, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/102969>. Acesso em: 15 jul. 2024.

13. CUNHA, Magali Nascimento. Elucidações contemporâneas nos estudos brasileiros em mídia e religião: a perspectiva das mediações culturais e comunicacionais. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*. Porto Alegre, PUC/RS vol. 23, n. 2, mai.-ago./2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22280>. Acesso em: 3 out. 2024.
14. CUNHA, Magali Nascimento. Os processos de midiatização das religiões no Brasil e o ativismo político digital evangélico. *FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*. Porto Alegre, PUC/RS, v. 26, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/30691>. Acesso em: 1 out. 2024.
15. CUNHA, Magali Nascimento. Poder, mídia e religião: o ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *Comunicação & Sociedade – Revista do PPG em Comunicação Social da UNIMESP*, São Paulo, v. 39, n. 3, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/8073>. Acesso em: 29 set. 2024.
16. DALMOLIN, Aline Roes; BORELLI, Viviane. Comunicação, religião e valores contemporâneos: uma perspectiva de múltiplos cruzamentos (texto introdutório ao dossiê). *Revista Libero*, São Paulo, ano 25, n. 51, mai.-ago./2022. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1833/1396>. Acesso em: 20 set. 2024.
17. FALCÃO, Carolina. Nem todo evangélico é broadcasting (e conservador): protagonismo religioso e a construção da visibilidade pelo antagonismo. *Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, Universidade Federal do Acre, v. 10, n. 1, jul./2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4529>. Acesso em: 1 out. 2024.
18. FAUSTO NETO, Antônio. Midiatização da enfermidade de Lula: sentidos em circulação de um corpo significativo. In: JANOTTI Jr., Jeder *et al* (Orgs.). *Mediação e midiatização*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.
19. FINN, John C; SOMDAHL-SANDS, Katrinka. Mídia, performance e passados-presentes: autenticidade na era digital. *Revista Entre-Lugar*, UFGD, Dourados/MS, ano 5, n. 10, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/5130>. Acesso em: 30 set. 2024.
20. GONÇALVES, João Batista Costa; SILVA, Francisco Geilson Rocha da. A perspectiva hermenêutica pentecostal contemporânea: o texto bíblico como um enunciado concreto. *Revista Unitas*, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/view/2710>. Acesso em: 2 out. 2024.
21. MARTINO, Luis Mauro Sá. *Mídia, religião e sociedade*. São Paulo: Paulus, 2016.m
22. MAURÍCIO JR., Cleonardo. Religião como espada do povo: o modo pentecostaharsh de presença pública do pentecostalismo no Brasil e o recrudescimento de sensibilidades beligerantes. *Revista Antropolítica*, Niterói, UFF, v. 55, n. 2, mai.-ago./2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/56483>. Acesso em: 28 set. 2024.
23. MOREIRA, Thiago. A resignificação do papel do corpo na performance ritual do protestantismo renovado. *Sacrilegens*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da UFJF, v. 13, n. 2, jul.-dez./2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26914>. Acesso em: 1 out. 2024.
24. PROENÇA, Wander de Lara. A participação evangélica na política brasileira e sua identificação com governos de direita. *Revista Relegens Thréskeia*, Curitiba, UFPR, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/download/82450/45304>. Acesso em: 1 out. 2024.
25. RABELO, Miriam C. M. Estudar a religião a partir do corpo: algumas questões teórico-metodológicas. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, jan.-abr/2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6FvtMZ9cXhRcRkMvrPYvvxy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 1 out. 2024.
26. RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Vanessa Brito. Porto: Dafne, 2010.
27. SBARDELOTTO, Moisés. Da religião à reconexão: novos modos de ser e fazer religiosos em tempos de midiatização digital. *Paulus: Revista de Comunicação da FAPCOM*, São Paulo, vol. 2, n. 4, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-paulus/article/view/68> Acesso em: 2 ago. 2024.
28. SCHECHNER, Richard. *Performance Studies, an introduction*. London: Routledge, 2002.
29. SILVA, Odlinari R. N.; COSTA, Luciana Miranda. O pastor de internet e a midiatização digital da religião. *Revista Tropos*, UFAC, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4522>. Acesso em: 3 out. 2024.

30. A, Emanuel Freitas da; OLIVEIRA, Kerolaine de Castro. O não voto em nome da fé: Silas Malafaia e o 2º turno das eleições de 2020. *Revista Tropos: Comunicação, Cultura e Sociedade*, Universidade Federal do Acre, v. 10, n. 1, jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4557>. Acesso em: 28 set. 2024.
31. TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Publicação da Editora UFMG, em 2013.
32. VIANA, Diego; ARAÚJO, Victor. Registros na Receita Federal ajudam a mapear expansão evangélica no país. *Revista Pesquisa FAPESP*, 17 de agosto de 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/registros-na-receita-federal-ajudam-a-mapear-expansao-evangelica-no-pais/>. Acesso em: 2 out. 2024.
33. VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. *Revista Debates do NER*, v. 1, n. 39, p. 13-80. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.116028>. Acesso em: 11 mar. 2025.
34. YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Submissão em 06 de outubro de 2024.

Aceito em 15 de março de 2025.